

Roriz discute sucessão presidencial com FHC

WANDERLEI POZZEMBOM



Governador aguarda a decisão de Fernando Henrique para anunciar quem vai apoiar ao governo do DF

O governador Joaquim Roriz e parte da bancada do DF no Congresso tiveram uma audiência ontem à noite com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a quem pretendem apoiar na sucessão presidencial. Oficialmente, Roriz foi pedir ao ministro verbas para a segurança mas, segundo um assessor do governador, os dois conversaram por cerca de 20 minutos a sós, sobre a possível coligação entre o PSDB e PP para as próximas eleições no DF.

Ao sair da audiência, que durou cerca de 40 minutos ao todo, Roriz preferiu negar que tenha falado sobre a sua sucessão com o ministro. Com relação à possibilidade do atual ministro da Justiça, Maurício Corrêa, ser seu candidato ao governo, Roriz afirmou que a idéia continua sendo analisada pelo seu partido. "O PP quer lançar um candidato próprio ao governo, mas nós estamos trabalhando também com a perspectiva de montar uma grande coligação", disse. "Se o Fernando Henrique sair candidato à Presidência, o apoio do PSDB nas eleições locais passa a ser importante, porque o partido ficará muito for-

te", explicou Roriz.

Sem poupar elogios a Maurício Corrêa, que segundo ele o tem ajudado muito enquanto ministro, o governador saiu da audiência com o mesmo discurso das últimas semanas sobre o ministro da Fazenda: "Ele é um dos bons nomes para governar o País", declarou.

Sobre a questão da segurança, Roriz disse que Fernando Henrique Cardoso se mostrou muito sensível aos números levados por ele, e prometeu tentar achar uma solução para o problema das verbas para a segurança. "Ele vai entrar em contato com os técnicos do Tesouro Nacional, que, em conversas com o nosso secretário da Fazenda, vai empenhar para liberar o recurso".

O maior problema, no entanto, não é a liberação do dinheiro. O próprio secretário da Fazenda, Everardo Maciel, acha que, a médio prazo, somente uma alteração na proposta orçamentária, que ainda não foi votada pelo Congresso, poderia solucionar a questão. Atualmente, a Secretaria de Segurança Pública precisaria de US\$ 6 milhões para zerar seu déficit.